

POBREZA NA AMAZÔNIA PARAENSE E A INFANTIL: análise da Amazônia

FLÁVIA CONCEIÇÃO NASCIMENTO
ANA BEATRIZ DA SILVA SILVA

RESUMO

O presente trabalho tem¹ como temática a “pobreza na Amazônia paraense e a infantil”, apresentando problema de pesquisa “qual a relação entre a pobreza na Amazônia e a realidade socioeconômica de crianças e adolescentes paraenses”? E como objetivo geral “analisar a relação entre pobreza na Amazônia e a realidade socioeconômica de crianças e adolescentes paraenses”. Como procedimento metodológicos foram realizadas as pesquisas bibliográficas, com acesso a documentos de domínio público. Desse modo, este trabalho está organizado em 04 seções: a primeira sendo a introdução; a segunda abordando a infância e a pobreza na sociedade capitalista; a terceira sobre as pobrezas e infâncias na Amazônia; e a quarta com as considerações finais acerca do exposto no trabalho.

Palavras-Chaves: Pobreza. Infância. Amazônia.

ABSTRACT

The theme of this work is “poverty in the Amazon of Pará and children”, presenting the research problem “how does the situation of poverty in the Amazon have an impact on the lives of children and adolescents in Pará?”. And as a general objective “observes the socioeconomic profile of these children in² the particularities of the Amazon territory”. As a methodological procedure, bibliographic research was carried out, with access to public domain documents, with the survey and reading of research. Therefore, this work is organized into 4 sections: the first being the introduction; the second addressing childhood and poverty in capitalist society; the third on poverty and childhood in the Amazon; and the fourth with final considerations about what was exposed in the work.

Key words: Poverty. Infancy. Amazon.

¹ Flavia Conceição Nascimento
flavianascimento@gmail.com

² Ana Beatriz da Silva Silva
Trizanna18@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta como temática a “pobreza na Amazônia paraense e a infantil” a partir da problematização do fenômeno pobreza na vida de crianças e adolescentes que habitam a Amazônia paraense, com a proposta de abordar e compreender a pobreza na Amazônia paraense e suas relações com a categoria infantil, partindo do pressuposto que a pobreza está presente no contexto de violação dos direitos da criança e adolescentes paraense, tornando-se assim parte de um dos problemas estruturais da Amazônia e do Brasil, a qual está solidificada internamente na sociedade e deve, portanto, ser pauta de pesquisas, estudos, políticas públicas.

Além disso, a aproximação das pesquisadoras com temática deu-se através de experiências e leituras dos temas relacionados a infância, em um processo de inquietações e reflexões diante da realidade da infância amazônica paraense e das particularidades dos seus territórios.

Desse modo, destaca-se que este trabalho apresentava como problema de pesquisa: “qual a relação entre a pobreza na Amazônia e a realidade socioeconômica de crianças e adolescentes paraenses?”. Delimitando-se, portanto, como objetivo geral “analisar a relação entre a pobreza na Amazônia e a realidade socioeconômica de crianças e adolescentes paraenses”.

Dessa forma, o referencial teórico desta pesquisa aborda como debate central as categorias: pobrezas, infâncias e territórios, apresentando como principais aportes teóricos pesquisadores/as, estudiosos/as, como: Ariès (1981), Netto (1992), Yamamoto (2001) e Santos (2010), Siqueira (2011), Cruz (2021), Loureiro (2002), Trindade Junior (2006), Becker (2010), Trindade (2020) e Almeida (2021).

Em relação a metodologia da pesquisa, a escolha dos lócus da pesquisa, ou melhor, como recorte territorial (geográfico), está relacionada com a compreensão que a formação social do território brasileiro, colonizado sobre múltiplas e diversas expressões da questão social, e que a Amazônia apresenta particularidades e singulares em relação a pobreza, infância.

Como procedimentos metodológicos, realizou-se as pesquisas bibliográfica, com acesso a documentos de domínio público, orientada pelo método de análise da teoria social marxiana, com uma abordagem quanti-qualitativa.

Desse modo, este trabalho está organizado em 04 seções: a primeira sendo a introdução; a segunda abordando a infância e a pobreza na sociedade capitalista; a terceira sobre as pobrezas e infâncias na Amazônia; a quarta com as considerações finais acerca do exposto no trabalho.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS CONCEITOS DE POBREZA E INFÂNCIA NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Esta seção apresenta um debate acerca da pobreza como uma expressão da questão social conjunto de desigualdades oriundas da sociedade capitalista, uma vez que, a pobreza somente pode ser expressão da questão social quando inserida no sistema capitalista. Aborda também esse fenômeno como condicionante a realidade de crianças e adolescentes privados de direitos humanos básicos. Ademais esta seção problematiza a concepção de infância em uma sociedade que viabiliza a violação de direitos de criança e adolescentes, o que ressalta a importância de abordar a infância como categoria social.

Para compreender o fenômeno pobreza é necessário, primordialmente, apreender a questão social, a qual se origina no processo de produção e reprodução do capital a partir relação contraditória entre capital e trabalho nesta sociabilidade. (Santos,2010).

Neste sentido, entende-se que a pobreza é um dos fenômenos da questão social, intrinsecamente relacionada com a desigualdade social em um conjunto de expressões manifestadas na sociedade capitalista. Segundo Yamamoto (1998), a sociedade capitalista é constituída de uma produção coletiva, a partir relação da exploração da força de trabalho, mas a distribuição da riqueza socialmente (coletivamente) produzida é desigual, expressando um processo de acúmulo de capital à minoria (classe burguesa) e a privação de acesso à classe trabalhadora.

Desse modo, a pobreza além de ser uma expressão da questão social é também um produto necessário do modo de produção capitalista. A pobreza em si não é um problema do desenvolvimento do sistema capitalista, mas representa o momento central e principal da acumulação capitalista (Marx, 1980), ou seja, o problema está centrado na determinação de quem será a classe detentora do capital e na distribuição desigual de uma riqueza produzida pela classe trabalhadora.

A maior riqueza produzida na sociedade comandada pelo capital não gera maior distribuição, mas usa acumulação. Quanto maior a riqueza socialmente produzida, maior a acumulação dela por alguns poucos (que dela se apropriam mediante a mais-valia) e maior a pauperização da maioria (que produzem, mas pouco lhe resta em relação a riqueza por eles produzida). (SIQUEIRA, 2013, p.212)

Portanto, compreender a pobreza como produto dos meios de produção requer a apreensão que a classe trabalhadora está inserida no processo que ocasiona o avanço dessa força produtiva, que tem como essência/ necessidade a exploração da força de trabalho à acumulação de capital da classe burguesa. Assim como, a produção, a acumulação e o crescente desenvolvimento do modo de produção capitalista, garantem a

manutenção da pobreza, do desemprego estrutural e da desigualdade social. (Siqueira,2013).

Este processo é o que Marx (1980) define como “exército de reserva”, que são sujeitos pauperizados que ficam à disposição do mercado de trabalho (capital), ou seja, trabalhadores (as) excluídos do mercado de trabalho. É importante enfatizar que no sistema capitalista, fenômenos como a pobreza, o desemprego, não serão erradicados, pois, estes alimentam a produção e reprodução do capital.

Ainda com intuito de compreender esse fenômeno, Cruz (2021) enfatiza que a pobreza não se limita a renda per capita, mas as condições de vida e falta de acesso a riqueza socialmente produzida. Ressalta-se que são diversas as interpretações a pobreza, Diniz e Diniz (2009) definem-na em três grandes grupos, os quais são: pobreza relativa; pobreza absoluta; pobreza absoluta e relativa.

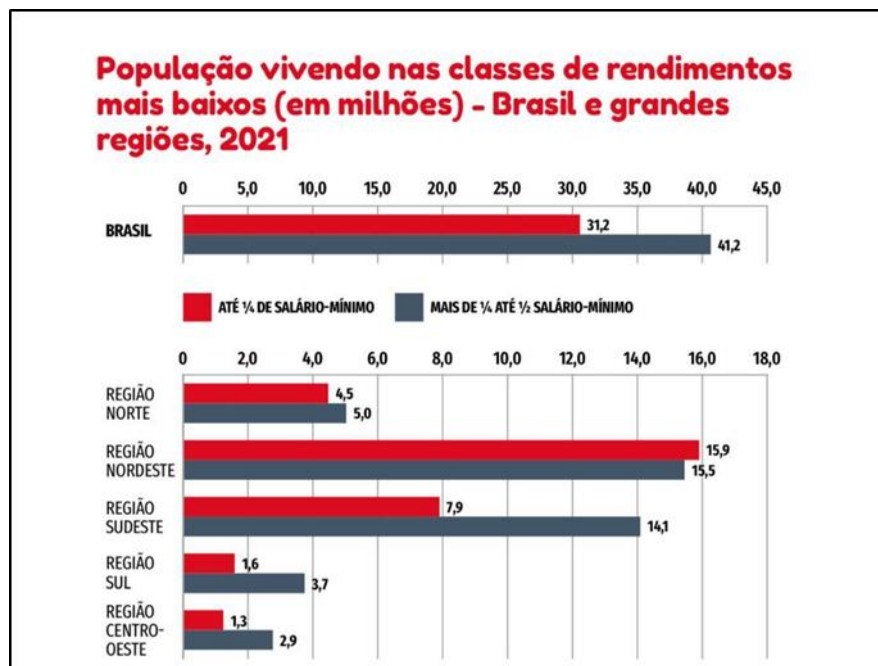
De acordo com os autores, a pobreza relativa é ter acesso ao mínimo à sobrevivência, a pobreza absoluta é a dificuldade de acesso ao mínimo para sobrevivência; e a pobreza absoluta relativa é a junção de ambas refletidas na dificuldade de sobrevivência dos sujeitos. (Diniz; Diniz, 2009)

Neste sentido, McKay e Lawson (2003) em relação aos sujeitos expostos à dificuldade de sobrevivência, definem como “pobreza crônica”, aquela historicamente “herdada”, repassada de geração em geração. Essas definições de pobreza refletem sobre a falta de acesso à riqueza socialmente produzida.

Em síntese, essas definições refletem sobre a dificuldade ou falta de acesso a direitos básicos humanos, como: segurança alimentar, moradia digna, saneamento básico, educação, saúde, lazer, cultura, entre outros. Direitos que são historicamente violados e negados à classe trabalhadora. Partindo desta compreensão, considerando a pobreza em sua totalidade, em todos os períodos históricos, em todos os aspectos, condiciona o indivíduo a sobreviver (com dificuldade), sendo fulcral, portanto, a atuação do Estado frente a realidade.

Nesse contexto, somente no ano de 2021, aproximadamente 72,4 milhões de brasileiros declararam viver com renda familiar de até meio salário mínimo, e 31,2 milhões vivem com até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Figura 01- Famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil



Fonte: IBGE/PNAD continua (2021)

Ao analisar o exposto gráfico, vê-se que, é evidente que a pobreza não é um fenômeno isolado por região, mas é globalizada. Entretanto, o gráfico a cima destaca que a Região Norte (lócus) é uma das regiões mais pobres em relação a renda familiar. Ratificando (Cruz,2021) afirmativa de que a Amazônia tem se apresentado como lugar privilegiado sobre ‘pobreza”, o que reforça a ideia de que a criança amazônida está inserida numa realidade “cruel” na qual os seus direitos zelados pelo ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) não conseguem abranger-los. Por fim, é fulcral a atuação do Estado frente a realidade socioeconômica de crianças e adolescentes paraenses.

3. INFÂNCIAS E POBREZA NA AMAZÔNIA

Essa seção discute sobre as particularidades da infância no território Amazônico, dando ênfase em como as crianças amazônidas estão tendenciadas a vivenciar fenômenos como a pobreza, apresentando a pobreza como característica evidente na violação de direitos nesta crianças e adolescentes paraenses, pois, segundo o Relatório da UNICEF (2022), 43% das crianças e adolescentes amazônidas vivem em domicílios com renda per capita insuficiente para adquirir uma cesta básica, tornando a Amazônia o pior lugar do Brasil para ser criança, sendo fulcral apresentar a relação do fenômeno pobreza com a qualidade de vida destas crianças e adolescentes.

Para a compreensão da infância enquanto categoria social, deve-se considerar as particularidades do espaço e tempo. Desse modo, as infâncias devem ser compreendidas em sua totalidade, considerando-se a singularidade e particularidade de cada uma. Nesse

sentido, é fundamental a compreensão das particularidades das Infâncias dentro das realidades no país, pois são diversas de acordo com a especificidade de cada Estado do Brasil.

É notório que a história da infância no país é marcada com a extrema desigualdade social, e a concentração de riqueza social construída, gerando conseqüentemente a potencialização da negligência de direitos básicos para aqueles que mais necessitam. E de acordo com Guimarães (2019), as crianças amazônidas estão mais expostas a situação de risco, como: violências, trabalho infantil, miséria e entre outros.

A pobreza na Amazônia expressa uma enorme contradição com relação ao potencial que se tem na extração de recursos naturais, pois não com diz com a manutenção do modo de vida (Cruz, 2021). Ratificando assim, a ideia de que o Brasil não é um país pobre, mas sim com um contingente populacional pobre, e essa escassez não está na extração de recurso, o que para Amazônia Brasileira tem um impacto maior, já que os recursos nela encontrados tem potencial para eliminar essa realidade; ademais, como anteriormente abordado a pobreza na Amazônia também está ligada intimamente a concentração de renda.

É importante salientar que o processo de empobrecimento da Amazônia está diretamente ligado a inserção de políticas “desenvolvimentistas”, que teve como resultado a participação da Amazônia no mercado internacional. (Loureiro, 2002)

Inaugura-se, de fato para a Amazônia a passagem da condição de mero empório de produtos para a de empório de matérias primas [...] deixa de ser mero espaço de suprimento para a subsistência suntuária da metrópole, e passa a se integrar, diretamente, ao circuito internacional de Acumulação; - Consolida uma burguesia regional subsidiária à esfera internacional da Acumulação (Leal, 2010, p. 22).

A pobreza segue sendo uma das maiores restrições quando se trata do processo de crescimento econômico constante, a partir do momento que se força a imersão da Amazônia no mercado internacional sem pensar nas diversidades culturais, populacionais aqui presente, tem se por resultado a escassez de recurso que são utilizados como renda para própria população.

Citando casos análogos, foi a extração do látex para além dos arredores de Belém que ocasionou uma reorganização da extração e beneficiamento dentro da floresta, gerando a necessidade de uma produção em grande escala, usando como base o Sistema de Aviamento, que segundo Castro e Campos (2015, p. 441), é um “[...] regime que produzia continuamente a dívida do seringueiro e sua imobilidade, tornando-se um trabalho em cativeiro”. O seringueiro e sua família deslocavam-se de outras regiões do país; trabalhadores “livres” ocupavam os seringais; a mão de obra indígena também era

importante, especialmente pelo seu vasto conhecimento do território, assim como a mão de obra africana. (Almeida, 2021).

Nesse sentido, faz-se necessário compreender a dimensão do território Amazônia, tendo em vista que as concepções sobre esse território são de um território único e um grande vazio demográfico (concepção eurocêntrica), com uma única identidade, cultura, civilização e sociedade, ou seja, a criação de uma homogeneidade para um território extremamente plural. E essas concepções são problemáticas, pois, expressam a negação da pluralidade da região e a negação da existência de uma civilização diversificada. (Trindade Júnior, 2006)

Ademais, é primordial externar que os processos históricos da Amazônia têm sido de implementação e intervenção de projetos capitalista e coloniais, que em sua matriz a expressão “exploração” em todos os seus aspectos têm fim de dominação territorial. (Barros, Cruz, Hazeu, 2018 apud Trindade, 2020).

As ideias criadas sobre este território são causadoras das inúmeras expressões da questão social, Loureiro (2002) fala dos muitos mitos criados sobre a superabundância e resistência da natureza, e um dos muitos mitos mais fortes para vender a Amazônia; é de que este território é o “celeiro do mundo”, enunciando que esse território foi colonizado para suprir as necessidades do capital, e como agravo esse histórico de explorações ainda persiste atualmente, com ramificações diversas, como exemplo, a pobreza.

É mister salientar, que o território está estabelecido muito além das definições de espaço na prática, mas nas relações que os indivíduos que nele habitam tem com o espaço o que chamamos de territorialidade. (Becker, 2010) ou seja, as relações de um povo com sua região refletem muito sobre sua identidade e como esse indivíduo se sente em relação ao espaço que ocupa, pois, a diversidade cultural em cada região da Amazônia.

A territorialidade manifesta-se em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais. Ela se fundamenta na identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural que resiste à reapropriação do espaço, de base territorial; (BECKER, 2010, p.20).

Por esses motivos, vamos destacar a região do Estado do Pará, na qual faz parte da Amazônia legal e é o segundo em extensão territorial. O Pará é dividido em 144 municípios, em uma área de aproximadamente 1.245.759,305 km² e, segundo o IBGE (2022) possui uma população estimada de 8.690.745 pessoas só no ano de 2020. O estado está organizado em 12 regiões de integração, sendo estas: Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guamá, Lago de Tucuruí, Marajó, Rio Caeté, Rio Capim, Tapajós, Tocantins e Xingu.

E de acordo com Almeida (2021), essa organização leva em consideração as características regionais do território, portanto, aglutina municípios que agregam aspectos semelhantes. Dentre essas características, as condicionantes geográficas sobressaem-se pelas longas distâncias, que se medem em horas ou mesmo dias dentro de uma mesma região ou do próprio município.

A Amazônia é marcada por conflitos de matrizes históricas, conflitos esses repletos de violência, seja por recursos naturais ou dominação de território; a Amazônia como um todo é resultado de um cenário de violência desde 1500 com a chegada dos colonizadores. Partindo disso, as noções sobre esse território e sua formulação são essenciais para debater o tema proposto, as suposições dos (as) autores(as) dão suporte para compreensão do território.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar artigos, gráficos e documentos para produção do presente trabalho, evidenciou-se que é pertinente na história de vida das crianças e adolescentes brasileiros principalmente da região norte que a pobreza está com um dos piores tipos de violação ao direito básico dessa categoria. Além disso, enxergasse também que e a disparidade dos dados de acordo com o lócus de habitação desta criança, pois os riscos à violação de direitos são maiores quando estas estão inseridas no contexto da pobreza, esse cenário expõe a criança violação, como a fome a violência, a exploração sexual e o trabalho infantil e entre outros.

E ao isolar esta análise somente a categoria infância na Amazônia entende-se que ela se enquadra em uma situação de vulnerabilidade diante da sociedade e seus direitos que são legislação, segundo Estatuto da Criança e do Adolescente e que não são alcançados e abrangidos.

Ademais, esse estudo evidência que está problemática está sendo vivenciada em todo território brasileiro, especificamente na Amazônia, inclusive a organizações como a UNICEF (2022) que se atentam a pauta e enfatizam que a Amazônia é o pior lugar para ser criança. E quando analisamos o gráfico de renda familiar do IBGE podemos afirmar que o indivíduo que habita o Norte está inserido em uma realidade socioeconômica precária e diferente fazendo assim com que não vivencie a sua cidadania de forma plena. Portanto, destacando a infância neste contexto, percebemos que a maximização do fenômeno pobreza e a racionalização das necessidades básicas como educação, alimentação, lazer, moradia de qualidade, suporte à saúde expõe a criança a inúmeros mazelas sociais.

É também necessário evidenciar que quando falamos de pobreza não estamos reduzindo este fenômeno insuficiência de renda ou alimentação, estamos enfatizando que a pobreza gera limitação de uma vida de qualidade e até mesmo expõe a criança a exclusão e distância ela das oportunidades e acessos aos seus bens de direito. É mister informar que o território amazônico foi colonizado sobre múltiplas facetas de violência, entre elas a exploração de seus recursos naturais que é um dos grandes agravantes da pobreza na região que é dada não pela limitação de seus recursos, mas, distribuição deles, ou seja, o processo de colonização intensificou a pobreza desta região.

Portanto, o estado deve executar estratégias e políticas públicas para superar o processo histórico de construção negativa que se tem com relação as classes subalternas, analisando a gravidade da exposição que a criança de perfil socioeconômico preconizado é incluída. Visto que, a pobreza tira dos mais vulneráveis as necessidades básicas para uma vida digna, e enquanto não forem efetivadas políticas públicas que combata a desigualdade social e resgate autonomia e dignidade das populações mais vulneráveis, a exclusão social persistirá e continuará a violar o direito básico de crianças e adolescentes (nortistas).

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, de Zatreparek Pamela. **PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA AMAZÔNIA PARAENSE: um estudo nas comunidades ribeirinhas Arumanduba e Urubuêua-Cabeceira no município de Abaetetuba (PA)**. Orientadora: Profa. Dra. Nádia Socorro Fialho Nascimento. Dissertação (Mestrado) - Curso: Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Pará, 2021.

BECKER, B. **Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan. - abr. 2010.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.

CRUZ, Nascimento do Jaqueline. **“POBREZAS” GLOBALIZADAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: Um estudo para pensar políticas públicas e resistências em Barcarena/PA.** Orientador: Prof. Dr. Marcel Theodor Jazeu. Dissertação (Mestrado) - Curso: Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Pará, 2021.

DINIZ, Marcelo Bentes; DINIZ, Marcos Monteiro. Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos objetivos do desenvolvimento do milênio. *Econ. Apl.*, Ribeirão Preto, v. 13, n. 3, pág. 399-423, setembro de 2009. Disponível em. acesso em 14 de outubro de 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-80502009000300003>.

IAMAMOTO, M. V. **A questão social no capitalismo.** Revista Temporais – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan. /jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafite, 2001.

LACERDA, Francine Gama; PESSOA, Alba Barbosa. **“História Social da Infância na Amazônia”.** 1 ed, São Paulo: Livraria da Física. 2021.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: uma história de perdas e danos, um Futuro a (re) construir.** In. *Estudos Avançados*, vol. 16, n. 45. São Paulo: maio/ago. 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200008>. Acesso em 13 de março de 2019.

MCKAY, A.; LAWSON, D. Assessing the Extent and Nature of Chronic Poverty in Low Income Countries: Issues and Evidence. University of Nottingham, UK. *World Development*, n. 3, p. 425–439, 2003.

NETTO, Jose Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** Ed. São Paulo: Cortez, 1992

SANTOS, Joseane Soares. **Questão social e particularidades no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2010.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço social: diferentes concepções e compromissos políticos.** 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

TRINDADE, Costa Caroline Dayse. **A COLONIALIDADE DO PODER E O PLANEJAMENTO TERRITORIAL DA AMAZÔNIA: o controle do território de**

Barcarena. Orientador: Prof. Dr. Marcel Theodor Jazeu. Dissertação (Mestrado) - Curso: Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Pará,2020.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Pensando a concepção de Amazônia.** In. SILVA, José Borzacchiello da. LIMA, Luiz Cruz. ELIAS, Denise. Org. Panorama da Geografia Brasileira 1. São Paulo: Annablume, 2006.

UNICEF. **Estudo apresenta múltiplas dimensões da pobreza que impactam crianças e adolescentes.** Educação, renda e recursos para alimentação pioraram na pandemia. Disponível em :<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/ha-32-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-na-pobreza-no-brasil-alerta-unicef>. Publicado em: 14 de fevereiro de 2023.

_____. **Dia da Amazônia - Conheça a situação da infância na Amazônia Legal.** Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dia-da-amazonia-conheca-situacao-da-infancia-na-amazonia-legal>. Publicado em: 05 de setembro de 2023.